



Ata nº 036 da Sessão Ordinária nº 036, de
29 de maio de 2014.

1 Às nove horas do dia vinte e nove de maio de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros; **ALOÍSIO**
4 **CHAVES, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada dos
5 Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora Geral do
6 Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELIZABETH SALAME DA SILVA**;
7 reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão
8 Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a
9 Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro*
10 *aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir*
11 *sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº
12 023/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram
13 anunciados os processos: **Processo nº 150012003-00; Prefeitura Municipal de Benevides;**
14 **Prestação de Contas – Exercício 2003; Responsável: Luiz de França Solon; Instrução: Auditor Luiz**
15 **Daniel Lavareda Reis Junior e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da**
16 **Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.**
17 Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 05:
18 **Processo nº 560012011-00; Prefeitura Municipal de Peixe-Boi; Prestação de Contas de**
19 **Governo – Exercício 2011; Responsável: Élia Jaques Rodrigues; Instrução: 4ª Controladoria;**
20 **Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José**
21 **Guimaraes; Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o
22 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer
23 prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
24 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,**
25 decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Peixe-Boi a aprovação
26 das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2011, de responsabilidade de Élia Jaques
27 Rodrigues. **Processo nº 560012011-00; Prefeitura Municipal de Peixe-Boi; Prestação de**
28 **Contas de Gestão – Exercício 2011; Responsável: Élia Jaques Rodrigues; Instrução: 4ª**
29 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro**
30 **Antonio José Guimaraes; Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo
31 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
32 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
33 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,** decidiu pela aprovação
34 das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Peixe-Boi, exercício de 2011, com a expedição do
35 Alvará de Quitação no valor de R\$-12.074.938,55 (doze milhões, setenta e quatro mil, novecentos e
36 trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Em seguida, houve a inversão de pauta com o
37 julgamento do processo de nº 02: **Processo nº 90012008-00; Prefeitura Municipal de**



Augusto Correa; Prestação de Contas de Governo – Exercício 2008; Responsável: Amos Bezerra da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara do Município de Augusto Correa a aprovação das contas do Sr. Amós Bezerra da Silva, do exercício de 2008.

Processo nº 90012008-00; Prefeitura Municipal de Augusto Correa; Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2008; Responsável: Amos Bezerra da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Amós Bezerra da Silva, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-64.008.772,35 (sessenta e quatro milhões, oito mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos). **Processo nº 690012006-00; Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Marifrança do Socorro Souza de Oliveira; Instrução: Auditor Alcimar Lobato / 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, exercício de 2006, de responsabilidade da Sra. Marifrança Socorro Souza de Oliveira. **Processo nº 201407459-00; Câmara Municipal de Vigia de Nazaré;** Consulta; Responsável: Gabriel Nunes Mariz; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão.** Em seguida, a Conselheira Relatora apresentou sua proposta de Resolução com a resposta da Consulta para deliberação Plenária : “01 – O valor percentual para cálculo do repasse/duodécimo transferido às Câmaras Municipais, deverá obedecer ao limite nominal fixado pela LOA e, lado outro, pela Constituição Federal, como percentual máximo de repasse; 02 – Uma vez respeitado o limite fixado pela LOA, quanto ao valor do repasse/duodécimo no exercício, não há que se falar em automático prejuízo à Câmara Municipal ou eventual restituição de valores, uma vez que os percentuais estabelecidos pela Constituição Federal fixam parâmetros máximos de repasse (v.g. até 7% para municípios com até 100.000 habitantes); 03 – Havendo justificada necessidade por parte da Câmara Municipal, expressa autorização na LOA e disponibilidade financeira do Executivo, o Prefeito Municipal poderá, mediante abertura de crédito adicional, dispor recursos (orçamentários e financeiros) ao Poder Legislativo, até o limite máximo estabelecido na Constituição Federal; 04 – As parcelas retidas a título de IRRF e ISS, pelas diversas unidades



79 *orçamentárias do município, incluindo-se a própria Câmara Municipal, deverão ser depositadas/transferidas à*
80 *conta da Prefeitura Municipal, para integralização da receita própria, a teor do art. 29-A, da CF/88; 05 – As*
81 *parcelas retidas pelas unidades orçamentárias, por força da incidência de IRRF e ISS, deverão ser*
82 *consideradas para composição da base de cálculo do duodécimo e da aplicação obrigatória nas áreas de saúde*
83 *e educação, repercutindo, ainda, na aplicação dos limites de gastos com pessoal, do Executivo Municipal. 06*
84 *– Após as devidas contabilizações de receita, junto à Prefeitura Municipal, não existe vedação expressa para a*
85 *utilização destes mesmos recursos, através das unidades orçamentárias, cabendo, tão somente, que sejam*
86 *observados os limites e diretrizes de despesas (LOA) e as previsões orçamentárias estabelecidas em cada*
87 *município. 07 – Constitui falha de natureza grave, a apropriação das parcelas retidas a título de IRRF e ISS,*
88 *quando não recolhidas e contabilizadas junto às contas da Prefeitura Municipal, pelas demais unidades*
89 *orçamentárias, cabendo dupla responsabilização, tanto por parte do Chefe do Executivo municipal, quanto das*
90 *correlatas unidades orçamentárias. Por fim, considerando a possibilidade de idêntica situação, em outros*
91 *municípios sob a jurisdição deste TCM-PA, tal como vivenciado pela Câmara Municipal de Vigia de Nazaré,*
92 *recomendo a elaboração de Orientação Técnica, por esta Corte de Contas, com ampla divulgação entre os*
93 *demais jurisdicionados, bem como junto aos setores técnicos desta Corte de Contas, para detida verificação*
94 *como ponto de controle, junto às prestações de contas". Em seguida, foi sobrestado o julgamento do*
95 *processo para que a matéria fosse discutida entre os Conselheiros. Após, houve a inversão de pauta*
96 *com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 1173082005-00; Fundo Municipal de***
97 ***Educação de Nova Esperança do Piriá;** Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº*
98 ***20.046 - Prestação de Contas de 2005; Responsável: Assuério de Souza Oliveira; Instrução: 1ª***
99 ***Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro***
100 ***Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Retirado de Pauta. Às dez horas, a*
101 *Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta*
102 *com o julgamento do processo de nº 07: **Processo nº 734002006-00; Fundo Municipal De***
103 ***Assistência Social de Santo Antônio do Tauá;** Prestação de Contas – Exercício 2006;*
104 ***Responsável: Raimundo Freire Noronha - Prefeito Municipal; Instrução: Auditora Maria do Socorro***
105 ***Pessoa da Silva e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator:***
106 ***Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo*
107 *dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se*
108 *pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator*
109 *proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Santo*
110 *Antônio do Tauá, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, na forma do Art. 52,*
111 *II, da Lei Complementar 25/94, devendo o referido Ordenador recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta)*
112 *dias, multas nos seguintes valores: 1- R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), nos moldes da Art. 294, IV, do*
113 *RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); 2- R\$ 1.000,00 (um*
114 *mil reais), nos moldes do Art. 282, III, "a", do RI/TCM, pela não remessa do Orçamento Anual, dos Atos de*
115 *Aberturas de Créditos, da Relação de Restos a Pagar, do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social,*
116 *e da Relação de Bens Móveis, posto que o Ordenador do Fundo era o Prefeito Municipal no referido exercício;*
117 *3- R\$ 1.000,00 (um mil reais), na forma do Art. 282, I, "b", do RI/TCM, pelo não recolhimento dos valores*
118 *retidos a título de IRRF, ISS e IPMSAT, caracterizando a utilização de recursos de terceiros; 4- R\$ 3.000,00*
119 *(Três Mil Reais), nos termos do Art. 282, I, "b", do RI/TCM, pela realização de despesa no valor de R\$ -*
120 *24.700,00, na aquisição de um veículo, sem o competente processo licitatório". **Em votação:** o Conselheiro*



Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, na forma do Art. 52, da Lei Complementar 25/94. **Por maioria:** com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, de multas nos seguintes valores: 1- R\$ - 3.001,00 (três mil e um reais), nos moldes da Art. 294, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); 2- R\$ - 1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do Art. 282, III, "a" do RI/TCM, pela não remessa do Orçamento Anual, dos Atos de Aberturas de Créditos, da Relação de Restos a Pagar, do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, e da Relação de Bens Móveis, posto que o Ordenador do Fundo era o Prefeito Municipal no referido exercício; 3- R\$-1.000,00 (hum mil reais), na forma do Art. 282, I, "b", do RI/TCM, pelo não recolhimento dos valores retidos a título de IRRF, ISS e IPMSAT, caracterizando a utilização de recursos de terceiros; 4- R\$-3.000,00 (três mil reais), nos termos do Art. 282, I, "b", do RI/TCM, pela realização de despesa no valor de R\$-24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais), na aquisição de um veículo sem o competente processo licitatório. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 274102007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Conceição do Araguaia; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Álvaro Brito Xavier; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Conceição do Araguaia, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Álvaro Brito Xavier, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 452302010-00; FUNDEB de Melgaço; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Onilson Carvalho do Nascimento; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do Município de Melgaço, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Onilson Carvalho do Nascimento, face a ausência de processos licitatórios, com o recolhimento dos seguintes valores: aos Cofres Municipais:- R\$-282,19 (duzentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos), referente a conta "Agente Ordenador", devidamente corrigido; ao FUMREAP: R\$-8.000,00 (oito mil reais) pelas despesas não licitadas no valor de R\$-317.107,29 (trezentos e dezessete mil, cento e sete reais e vinte e nove centavos), com base no Art. 57 da LC



nº 084/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1062542009-00; Fundo Municipal de Saúde de Uruará;** Prestação de Contas – Exercício 2009; Responsável: Suraia Patricia Ordones; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Uruará, exercício de 2009, com ressalva, devendo a Ordenadora de despesas, Suraia Patricia Ordones, recolher aos Cofres do FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma prevista no art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa fora do prazo da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, após o que será expedido o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-9.951.759,69 (nove milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos)*”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Uruará, exercício de 2009, **por maioria**, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, de multa no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma prevista no art. 120-B, IV do RI/TCM, pela remessa fora do prazo da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, após o que será expedido o respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$-9.951.759,69 (nove milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1232042010-00; Fundo Municipal de Educação de Santa Luzia do Pará/FUNDEB;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Lourival Fernandes de Lima; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação e do FUNDEB do Município de Santa Luzia do Pará, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade do Sr. Lourival Fernandes de Lima, por estarem irregulares, nos termos do art. 32, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar Estadual nº 84/2012, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 dias, da importância de R\$-15.000,00 (quinze mil reais), a título de multa, pelas contas julgadas irregulares, com fundamento no Art. 57, I, “a” da Lei Complementar 84/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público. **Processo nº 201304035-00; Câmara Municipal de Anapu;** Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 23.002 - Prestação de Contas de 2007; Responsável: Romero Batista Medeiros; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.649, de 26.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental,



o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso para que seja reformada a decisão constante no Acórdão nº 23.002, e aprovada, com ressalvas, a prestação de contas da Câmara Municipal de Anapú, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Romero Batista Medeiros, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 201217571-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB**; Revisão de proventos de Aposentadoria (Portaria nº 1.334/2012, de 02.10.2012); Interessado: Rosa Pereira Lima; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria 1334/2012-GP/IPAMB, de 02.10.2012, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que altera para R\$-1.082,28 (hum mil, oitenta e dois reais e vinte e oito centavos), o valor do provento de aposentadoria por invalidez da ex-servidora Rosa Pereira Lima, face as diretrizes ditadas pela Emenda Constitucional nº 70/2012, com a revogação da Portaria nº 0692/2011- GP/IPAMB que aposentou a mencionada ex-servidora. **Processo nº 201300146-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB**; Revisão de Proventos Aposentadoria (Portaria nº 1672/2012 de 10.12.2012); Interessada: Maria Raimunda Cordeiro dos Prazeres; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1672/2012-GP/IPAMB, de 10.12.2012, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que altera para R\$-3.870,26 (três mil, oitocentos e setenta reais e vinte e seis centavos), o valor do provento de aposentadoria da ex-servidora Maria Raimunda Cordeiro dos Prazeres, face as diretrizes ditadas pela Emenda Constitucional nº 70/2012 com a revogação da Portaria nº 1181/2010 – GP/IPAMB que aposentou a mencionada ex servidora. **Processo nº 201206779-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção - IPMR**; Aposentadoria – 2013 Portaria nº 17/2013, de 11.07.2013 que concede aposentadoria por tempo de contribuição; Interessada: Dalvina Martins Siqueira; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201220287-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santana do Araguaia**; Aposentadoria – 2012 Portaria nº 088/2012, de 27.11.2012; Responsável: Valdecina Rodrigues dos Santos; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 088/2012, de 27.11.2012, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santana do Araguaia – IPRESA, que concede Aposentadoria por Invalidez, com percepção de proventos proporcionais ao tempo de contribuição à servidora Valdecina Rodrigues dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com proventos no valor total de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), com fundamento nas disposições contidas no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação da Emenda Constitucional nº 70/2012. **Processo nº 201105489-00; Instituto de previdência do Município de Paragominas - IPMP;** – Recurso (Pedido de Revisão) Aposentadoria por idade de Edite Irismar Silva Nogueira Ref. Proc. 200916765-00; Interessado: Raulison Dias Pereira – Presidente do Instituto; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Recurso, mantendo-se, por conseguinte o teor do Acórdão nº 20.745, que negou registro a Portaria nº 52/2009, do Instituto de Previdência do Município de Paragominas – IPMP. **Processo nº 201306031-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB;** Pensão – 2013 - Portaria nº 0389/2013, de 19.03.2013 – Revisão de Provimentos de Pensão por morte (ex- servidor aposentado Pedro Campos Neri) concedida a Cecília Albertina Oliveira Campos; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0389/2013- GP/IPAMB, de 19.03.2013, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que altera para R\$-1.139,04 (hum mil, cento e trinta e nove reais e quatro centavos), o valor do provento de pensão por morte do ex-servidor aposentado Pedro Campos Neri, concedida a Cecília Albertina Oliveira Campos, face as diretrizes ditadas pela Emenda Constitucional nº 70/2012, que acrescentou o art. 6º-A a Emenda Constitucional nº 41/2003, com a revogação da Portaria nº 0446/2012-GP/IPAMB, com efeitos a contar de 29.03.2012, data da promulgação da EC 70/2012. **Processo nº 201219625-00; Instituto de Previdência do Município de Ananindeua;** Pensão - 2012; Interessado: Weverton de Souza Barroso e Ana Caroline de Souza Barroso; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200915022-00; IAPSM de Currealinho;** Aposentadoria – 2009 - Portaria nº 23/2010, de 05/10/2010; Responsável: Maria Madalena Barbosa Fernandes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado



para apresentar proposta de Decisão: Auditor José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Retirado de Pauta. **Processo nº 201203589-00; Câmara Municipal de Xinguara; Nomeação – 2011 – Nomeação de Candidatos Aprovados em Concurso Público; Interessado: Griziele Candida Neves Souza Patrício e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217846-00; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Nomeação – 2012- Nomeação de Candidatos Aprovados em Concurso Público; Interessado: Adriano Coutinho Carvalho e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200811126-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Contrato Temporário nº 103/2008, firmado com Vânia Cristina Campelo Barroso; Interessado: Luiz Octávio Mariz da Cunha - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201003285-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Lei nº 002/2010, que fixa subsídios do Prefeito, Vice – Prefeito e Secretários Municipais; Interessado: Hélio Leite da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José, com pedido de VISTA ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão do dia 21.06.2012.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201106547-00; Câmara Municipal de Afuá; Subsídio – Resolução nº 002/2011 – Atualização dos subsídios dos Vereadores; Interessada: Narrinha W. Salomão Coelho; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO: “pelo cadastramento da Resolução nº 002/2011 que atualiza os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Afuá, com a juntada dos autos ao processo de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Afuá, nos exercícios relativos a legislatura 2009/2012, com a recomendação de que a atualização, no percentual de 9,375%, seja considerada para efeito de análise da Prestação de Contas, respeitados os índices constitucionais”.** **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos Autos. **Processo nº 201313543-00; SESMA – Belém; Aquisição via Nota de Empenho; Interessado (a): Yuji Magalhães Ikuta; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201314158-00; SESMA – PMB; Contrato – Aquisição via Nota de Empenho Interessado (a): Yuji Magalhães Ikuta; Ministério Público:**



321 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Retirado de Pauta. **Processo nº**
322 **201318692-00; SESMA – Belém;** Contrato -Aquisição via Nota de Empenho; Interessado (a):
323 Yuji Magalhães Ikuta; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro
324 Antonio José. Retirado de Pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** O Conselheiro Cezar Colares
325 pediu a palavra para fazer o registro da ação realizada pelo TCM em Itaituba, com relação aos
326 cursos de formação de Pregoeiros e de prática de licitação oferecidos em parceria com a UFPA e
327 Consórcio Tapajós, ressaltando a repercussão positiva na localidade. **DISTRIBUIÇÃO DE**
328 **PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**
329 **ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
330 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e nove de maio
331 de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão